

Denominações para “diarista”: marcas de ruralidade no léxico de falantes da região sudeste do Brasil

Aparecida Negri **ISQUERDO***
Sânia Fontoura **FERNANDES****

*Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Araraquara (1996). Pesquisadora Sênior – UFMS. Contato: aparecida.isquerdo@gmail.com

**Mestra em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021). Auxiliar em Administração – UFMS. Contato: sannyferufms@gmail.com

Resumo:

Este estudo analisa traços de ruralidade no vocabulário de brasileiros naturais de localidades do interior de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, região Sudeste do Brasil. Para tanto, pauta-se em resultados dos estudos de Fernandes (2021) e Santos (2019) que estudaram denominações fornecidas por 304 informantes do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, naturais de 76 localidades da rede de pontos dos quatro estados da região Sudeste, como resposta para a pergunta 61 do Questionário Semântico-Lexical/ALiB: “O homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho?”, área semântica *atividades agropastoris* (Comitê Nacional..., 2001, p. 26). Fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística e da Sociologia Rural, o trabalho tem como propósito discutir a presença de possíveis traços de rurais no acervo vocabular dos falantes selecionados como ocorre com *boia-fria*, *camarada*, e com formas lexicais de caráter genérico como *diarista* e *peão*, o que aponta para a presença de um *continuum* de ruralidade no falar dos habitantes da região Sudeste. O estudo também revelou traços de um falar ainda conservador, como o uso de *trabalha jornal* por uma falante idosa do Espírito Santo como denominação de “diarista”.

Palavras-chave: Rural e Urbano; Diarista; Região Sudeste.

Abstract:

This article analyzes traces of rurality in the vocabulary of Brazilians from rural areas of Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro and São Paulo, in the Southeast region of Brazil. To this end, it is based on results from studies by Fernandes (2021) and Santos (2019) who studied denominations provided by 304 informants from the Brazilian

Linguistic Atlas Project, from 76 locations in the network of points in the four states of the Southeast region, such as answer to question 61 of the Semantic-Lexical Questionnaire/ALiB: “The man who is hired to work on someone else's field, what is he paid for per day of work?”, semantic area agropastoral activities (Comitê Nacional..., 2001, p. 26). Based on theoretical-methodological assumptions of Geolinguistics and Rural Sociology, the purpose of the work is to discuss the presence of possible rural traits in the vocabulary of the selected speakers, such as boia-fria, camarade, and generic lexical forms such as diarist and pedestrian, which points to the presence of a continuum of rurality in the speech of the inhabitants of the Southeast region. The study also revealed traces of still conservative speech, such as the use of newspaper work by an elderly speaker from Espírito Santo as a “day laborer”.

Keywords: Rural and Urban; Day laborer; Southeast region.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v.26, n.3, p.46-61, dezembro. 2023
Recebido em: 03/10/23
Aceito em: 14/02/24

Denominações para “diarista”: marcas de ruralidade no léxico de falantes da região sudeste do Brasil

Aparecida Negri Isquerdo
Sânia Fontoura Fernandes

INTRODUÇÃO

O contato e a interação social, inicialmente, entre os colonizadores portugueses e a população autóctone (povos indígenas), seguido dos africanos e de povos de diferentes países europeus e asiáticos, contribuíram diretamente para a constituição e o desenvolvimento da realidade linguística brasileira. O convívio desses diferentes povos com suas culturas e modos próprios de falar com os habitantes nativos da terra resultou na presença de traços característicos da língua portuguesa, sobretudo no nível lexical. Essa miscelânea linguística influenciou o repertório vocabular dos primeiros grupos de falantes à época da colonização do Brasil. O processo de formação sócio-histórica, geográfica, econômica e cultural favoreceu a configuração de um acervo lexical dinâmico e heterogêneo desses grupos, evidenciando sua cultura e visão de mundo.

É notório, pois, que pelo estudo do léxico é possível identificar marcas da trajetória histórica de um povo e perceber que o repertório lexical se molda às “características sócio-históricas, políticas, geográficas do meio ambiente físico e cultural de uma dada localidade, gerando, assim, certas especificidades que singularizam uma região” (Isquerdo; Carvalho, 2012, p. 251). Nesse sentido, o percurso sócio-histórico do Brasil foi fundamental para a concepção de um acervo vocabular característico. A organização social, inicialmente formada pelos primeiros grupos de habitantes no período colonial, corresponde a um dos fatores determinantes para a formação do léxico de variante brasileira do português em oposição à língua portuguesa transplantada pelos colonizadores. A economia no Período Colonial representa um outro fator que contribuiu para a ampliação do repertório lexical dos primeiros habitantes das terras brasileiras. Segundo Diégues Júnior (1960, p. 124), a economia no Brasil Colônia, inicialmente alicerçada na extração e no comércio do pau-brasil, em fins do século XVI, com a escassez dessa madeira, encontrou na cultura da cana-de-açúcar a sua principal fonte da economia, sobretudo no litoral brasileiro, tendo como elementos humanos representativos os senhores de engenho e os escravos (índios e africanos).

No século XVII, a pecuária desponta como a atividade econômica que permitiu a expansão social e geográfica pelo interior nordestino, como registra Diégues Júnior (1960, p. 150): “a pecuária dá fisionomia à região, quer mareando-lhe a vida econômica, quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam e caracterizam a vida regional”. Já no século XVIII, o extrativismo vegetal da borracha se destaca na Amazônia, e o ciclo da mineração permite a ocupação humana para o interior do Brasil, particularmente para a região Sudeste. “A mineração foi, assim, o fator que levou à ocupação da área central do País; com ela, em particular dos fins do século XVII e começos do XVIII, cresceu o afluxo de imigrantes para a região das minas [...]” (Diégues Júnior, 1960, p. 242). Com a decadência do ouro, o café tornou-se o elemento econômico principal no século XIX, período em que um novo cenário econômico tem início: a atividade industrial que acabou se configurando como principal fonte de renda e de urbanização do País.

Este artigo discute resultados dos estudos de Fernandes (2021)¹ e de Santos (2019)² que, respectivamente, analisaram dados documentados nas localidades da rede de pontos do Projeto ALiB situadas no interior de Minas Gerais (22), do Espírito Santos (4) e do Rio de Janeiro (13), e de 37 cidades do interior do estado de São Paulo, ambos investigando a temática do rural e do urbano no léxico de falantes desses estados com base em dados do Projeto ALiB.

Como já assinalado, as denominações em exame foram documentadas por pesquisadores do Projeto ALiB nas áreas mencionadas com base na pergunta do questionário que remete à temática da ruralidade no léxico dos habitantes dos quatro estados da Região Sudeste – Minas Gerais (88 informantes), Espírito Santo (16 informantes), Rio de Janeiro (52 informantes) e São Paulo (148). O estudo discute dados fornecidos como resposta para a pergunta 061 do Questionário Semântico-Lexical – QSL/ALiB: “O homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho? ”, área semântica *atividades agropastoris* (Comitê Nacional..., 2001, p. 26).

Busca-se, sob os pontos de vista diatópico e léxico-semântico, identificar e analisar a presença de possíveis traços de ruralidade no acervo vocabular dos grupos em exame, verificando a manutenção ou não dessas marcas no falar dos mineiros, capixabas, paulistas e fluminenses, observando, a partir da dimensão diatópica, a noção de um *continuum* nas áreas investigadas no âmbito do léxico.

A análise dos dados foi orientada por fundamentos teórico-metodológicos da Geolinguística (Cardoso, 2010) e da Sociologia Rural (Sorokin; Zimmerman, Galpin ([1930], 1981), e na abordagem léxico-semântica em que a análise foi enriquecida com tanto com informações fornecidas pelo *corpus* consultado quanto com dados obtidos por meio de consulta a obras lexicográficas como Silva (1813), Houaiss (2001) e Aulete (2014).

1. Contextualizando as noções de rural e de urbano

O sistema de formação socioeconômica do Brasil teve como cenário basilar o universo rural. Atividades econômicas como a produção da cana-de-açúcar, a pecuária e o ciclo cafeeiro, desenvolvidas em terras brasileiras no período colonial, foram de base essencialmente campestre, fato que contribuiu para configurar uma organização social tipicamente rural no Brasil até fins do século XVIII: “Foi pela organização rural que começou o Brasil; antes de possuir cidades possuiu engenhos, fazendas, sítios” (Diégues Júnior, 1960, p. 87). Nota-se, pois, que o processo de formação e organização do país teve esse traço como elemento estrutural e “a influência da vida rural acentua-se desde os primeiros tempos da nossa formação. Em torno do ruralismo girou a vida colonial [...]” (Diégues Júnior, 1960, p. 87). Por extensão, essa marca de ruralidade se refletiu na língua, caracterizando um falar característico do meio campestre.

Esse panorama começa a se modificar no século XIX com o ciclo da mineração, quando surgem as primeiras manifestações urbanas: “o verdadeiro sentido urbano entre nós, inicia-se com o século XIX” [...] “nas Minas Gerais as próprias condições criadas pela atividade de mineração contribuíram para a formação de cidades [...]” (Diégues Júnior, 1960, p. 88; 89).

Desde então, assistiu-se ao surgimento das cidades como outra forma de organização social, a urbana, que representou o desenvolvimento econômico e social com o crescimento e expansão das atividades mercantil e industrial, o que, por extensão, resultou no surgimento de novos hábitos e costumes e, conseqüentemente, influenciou no modo de falar da população brasileira, que naturalmente foi se adaptando ao meio citadino. Nesse contexto, instaura-se uma noção dicotômica dos conceitos de rural e de urbano. Pela perspectiva da Sociologia Rural, pautada na polaridade, o

¹ *Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da região Sudeste do Brasil* (Fernandes, 2021), dissertação orientada por Aparecida Negri Isquerdo.

² *Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano* (Santos, 2019), dissertação orientada por Aparecida Negri Isquerdo.

rural é tido como um espaço atrasado, retrógrado e tradicional, enquanto o urbano remete ao novo, ao desenvolvimento, ao progresso.

Em consonância com essa abordagem dual, o exame desses conceitos deve considerar os vários traços impressos nesses espaços, as suas diferenças como um todo, sendo o principal fator caracterizador dimensão econômica. Como assinalam Sorokin e Zimmerman ([1930], 1981, p. 200), o critério definidor da população campestre de maior expressão é o ocupacional, “através dele a sociedade rural diferencia-se de outras populações, particularmente da urbana, envolvida em atividades ocupacionais diferentes”.

No entanto, devido às diversas transformações ocorridas, tanto no campo quanto nas cidades, esse conceito polarizado já não mais se sustenta, haja vista a integração desses espaços na atualidade, o que configura uma nova compreensão do ambiente, que corresponde à noção de variação espacial gradativa nesses ambientes, ou seja, a noção de um *continuum*. Na atualidade, tendo em vista o contexto social, econômico e cultural em que o Brasil se insere, considerar essa questão pela abordagem de continuidade é pertinente, uma vez que:

[...] a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (Silva, 2002, p. 1).

Assim, considerando que o desenvolvimento e as transformações ocorridas no âmbito de um grupo social são revelados pela língua, sobretudo pelo léxico, é possível serem identificados aspectos sócio-históricos e culturais desse grupo por meio da língua. O modo de vida e os espaços onde uma comunidade se insere imprimem no acervo lexical marcas que permitem diferenciar falantes oriundos dos dois ambientes. Em decorrência disso, pode-se abstrair a noção do rural e do urbano no domínio linguístico pela perspectiva do *continuum*, uma vez que, na atualidade, observa-se que formas lexicais próprias do meio rural figuram na norma lexical de falantes de áreas urbanas, assim como ainda é possível visualizar no meio citadino, sobretudo na fala dos mais idosos, formas lexicais tipicamente rurais.

Esse processo, como já assinalado, no Brasil, decorre, dentre outros fatores, do sistema de organização social e econômica que, por extensão, se reflete no acervo lexical, conferindo-lhe um aspecto heterogêneo e diversificado que possibilita compreender a noção de rural/urbano no léxico dos falantes pelo viés da continuidade, à medida que permite identificar a presença, tanto de marcas de ruralidade quanto de urbanização no vocabulário veiculado pelos diferentes grupos sociais. Como observa Bortoni-Ricardo (2005, p. 24), “as variedades linguísticas no Brasil não são compartimentadas. Caracterizam-se por uma relativa permeabilidade e fluidez que se pode representar por um *continuum* horizontal, em que as variedades se distribuem sem fronteiras definidas”.

2. Análise e discussão dos dados

Historicamente a região Sudeste foi palco de muitos acontecimentos nos contextos social, econômico e cultural do Brasil. A descoberta do ouro em Minas Gerais, o movimento bandeirantista e o ciclo cafeeiro em São Paulo, a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, dentre outros fatores, permitiram o crescimento e o desenvolvimento dessa região conferindo-lhe uma posição importante no Brasil, principalmente em termos econômicos.

Esses eventos também contribuíram para a configuração de um repertório lexical que evidencia marcas de um falar característico dessa região. Pautado nos estudos de Fernandes

(2021), que investigou dados documentados pelo Projeto ALiB nos estados de Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES) e Rio de Janeiro (RJ), e de Santos (2019), que analisou dados do estado de São Paulo (SP), esta seção tem como propósito discutir a questão de possíveis traços de ruralidade no léxico dos falantes mineiros, capixabas, fluminenses e paulistas.

No estudo de Fernandes (2021), o levantamento das denominações para “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” computou um total de 23 unidades lexicais no conjunto das localidades investigadas, com um total de 145 ocorrências, além de 23 casos de não respostas – NR. Dentre as denominações apuradas as mais frequentes foram *diarista*, *boia-fria*, *peão*, *camarada*, a última registrada apenas em Minas Gerais. Santos (2019), por sua vez, apurou nove unidades léxicas num total de 170 ocorrências e 16 casos de não respostas, tendo os itens *diarista*, *boia-fria*, *peão* e *camarada* como os mais frequentes dentre as respostas indicadas pelos informantes paulistas.

Nesse cenário importa pontuar o caso da forma lexical *trabalha jornal*, registrada por Fernandes (2021), que, embora documentada apenas na cidade de São Mateus/ES, com ocorrência única, foi considerada válida para fins de análise, tendo em vista, tanto a sua validação pela informante quanto a sua dicionarização nas obras lexicográficas consultadas. Do mesmo modo o item léxico *trabalhador*, apurado pelos pesquisadores do Projeto ALiB em Minas Gerais que, a despeito da baixa frequência foi validado tendo em vista evidenciar o traço semântico “homem que trabalha eventual” nas acepções dicionarizadas. Na sequência, as denominações mais frequentes no *corpus* em exame são analisadas segundo as dimensões diatópica e léxico-semântica.

2.1 Abordagem diatópica

A distribuição espacial das denominações mais frequentes no *corpus* em análise para nomear “o trabalhador de enxada em roça alheia” está disposta, no Quadro 1, conforme a localidade da rede de pontos do Projeto ALiB de cada estado em que foram documentadas, exceto o estado de São Paulo, cuja distribuição foi realizada segundo as 15 mesorregiões geográficas do IBGE (1990) a que pertencem os pontos de inquéritos do Projeto ALiB, opção adotada em razão do elevado número de localidades contempladas pela rede de pontos do projeto nessa Unidade da Federação (38 pontos) em decorrência da alta densidade demográfica³.

Quadro 1: Distribuição diatópica das denominações mais frequentes no interior dos estados da região Sudeste do Brasil para nomear “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” (QSL/ALiB/61)

MINAS GERAIS				
Denominação Localidade	Diarista	Boia-fria	Peão	Camarada
Januária	·	-	-	-
Janaúba	·	-	-	·
Pedra Azul	·	·	-	-
Unaí	·	-	-	-
Montes Claros	·	·	-	-
Pirapora	·	·	-	-
Teófilo Otoni	-	·	-	-

³ Cf. Figura 2, neste texto, e site do Projeto ALiB: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>.

Diamantina	.	-	.	-
Uberlândia	.	.	.	-
Patos de Minas	-	.	.	-
Campina Verde	.	-	.	-
Ipatinga	.	-	-	.
Passos	.	-	.	-
Formiga	.	-	.	-
Ouro Preto	-	.	-	-
Viçosa	.	-	-	.
Lavras	.	-	.	-
São João Del Rei	.	-	.	-
Muriaé	-	.	-	.
Poços de Caldas	.	.	-	-
Juiz de Fora	.	-	.	-
Itajubá	.	.	.	-
ESPÍRITO SANTO				
Denominação Localidade	Diarista	Boia-fria	Peão	Camarad a
Barra de São Francisco	-	-	-	-
São Mateus	.	.	.	-
Santa Teresa	.	-	-	-
Alegre	.	-	.	-
RIO DE JANEIRO				
Denominação Localidade	Diarista	Boia-fria	Peão	Camarad a
Itaperuna	.	-	-	-
São João da Barra	.	-	-	-
Campos dos Goytacazes	.	-	-	-
Três Rios	.	-	-	-
Nova Friburgo	.	-	.	-
Macaé	.	-	-	-
Valença	-	.	-	-
Petrópolis	.	-	.	-
Nova Iguaçu	-	-	.	-
Niterói	.	-	-	-
Arraial do Cabo	.	-	.	-
Barra Mansa	-	-	-	-
Parati	.	-	-	-

SÃO PAULO				
Denominação Mesorregião ⁴	Diarista	Boia-fria	Peão	Camarada
São José do Rio Preto
Ribeirão Preto	.	.	.	-
Araçatuba	.	.	-	-
Bauru
Araraquara	.	.	.	-
Piracicaba	.	-	-	-
Campinas	.	.	.	-
Presidente Prudente
Marília	.	.	-	.
Assis
Itapetininga
Macro Metropolitana Paulista	.	.	.	-
Vale do Paraíba	.	.	.	-
Litoral Sul Paulista	.	.	-	-
Metropolitana de São Paulo	.	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Fernandes (2021, p. 140, 141) e em Santos (2019, p. 127)⁵.

Pelo exame dos dados, observa-se que *diarista* foi a forma predominante em todas as localidades pesquisadas, sobretudo nos estados do Espírito Santo e de São Paulo, enquanto *boia-fria* teve maior registro em Montes Claros e em Pirapora (mesorregião Norte de Minas Gerais); Teófilo Otoni (mesorregião Vale do Mucuri/MG); Pedra Azul (mesorregião do Jequitinhonha/MG), áreas geográficas muito próximas entre si, bem como em Poços de Caldas e em Itajubá (mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais), regiões que fazem fronteira com Bragança Paulista/SP, localidade onde houve elevado índice de ocorrência desse item lexical, dado que indica a sua disseminação para outros territórios da região Sudeste. No Espírito Santo a forma lexical *boia-fria* foi documentada em São Mateus e, no Rio de Janeiro, somente em Valença.

Fenômeno similar ocorre com *peão*, em Minas Gerais, com ocorrências concentradas em áreas específicas como São João Del Rei e Lavras (mesorregião Campos das Vertentes/MG), Juiz de Fora (mesorregião da Zona da Mata/MG), Formiga (mesorregião Oeste de Minas Gerais) e em Itajubá e Passos (mesorregiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais, respectivamente), todas regiões fronteiriças, as duas últimas fazendo divisa com as mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba⁶, onde a forma *peão* também foi documentada nos municípios de Uberlândia, Patos de Minas e Campina Verde. No Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo a unidade *peão* está distribuída de forma regular na rede de pontos. Em São Paulo não foi registrada apenas nas mesorregiões de Araçatuba, Piracicaba, Marília, Litoral Sul Paulista e Metropolitana de São Paulo. A unidade lexical *camarada* teve o menor índice de frequência em Minas Gerais e igualmente foi

⁴ Mesorregiões administrativas do IBGE (1990). Critério adotado por Santos (2019).

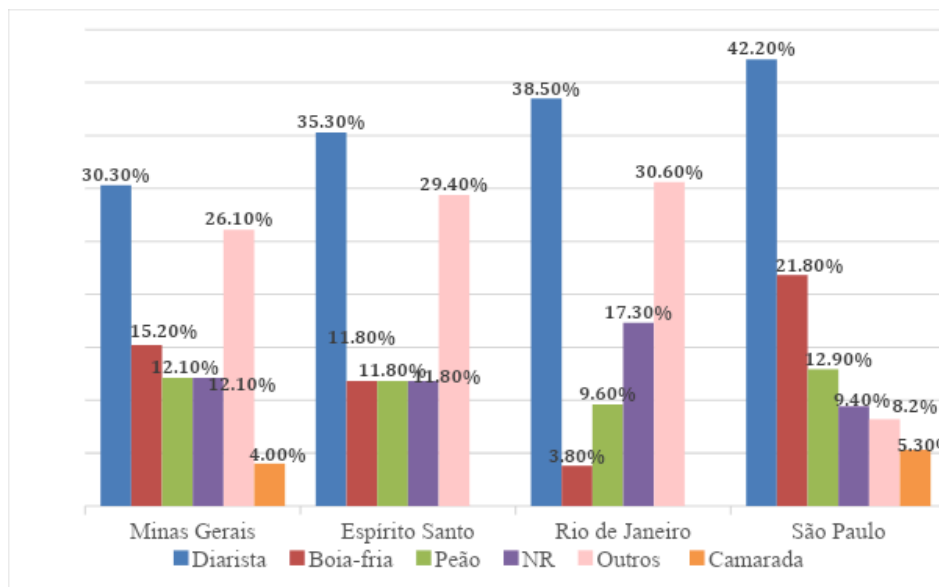
⁵ No original Tabela 11 – Produtividade das denominações para “diarista” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo (SANTOS, 2019, p. 127).

⁶ Mesorregiões que fazem divisa com o estado de São Paulo.

documentada no estado de São Paulo, também com menor índice de ocorrência.

A seguir, no Gráfico 1, verifica-se o percentual de ocorrência das unidades léxicas que alcançaram maiores índices de frequência nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Gráfico 1: Frequência das denominações para “diarista” (QSL/ALiB/61) mais recorrentes no interior dos estados da Região Sudeste do Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Fernandes (2021) e em Santos (2019).

Os dados do Gráfico 1 demonstram que *diarista* alçou maior índice de registros em todas as localidades investigadas, com percentuais aproximados, o que a configura como a forma genérica indicada pelos informantes. *Boia-fria*, por sua vez, ocupou a segunda posição em termos de frequência, com um percentual mediano de registros, exceto em São Paulo onde foi mais frequente em relação às demais regiões, enquanto *peão*, igualmente registrado em todas as regiões investigadas, alçou índices percentuais aproximados.

Por sua vez, a unidade léxica *camarada* foi particular a Minas Gerais e a São Paulo com índices de ocorrências aproximados 4,0% e 5,3%, respectivamente. O sistema de povoamento e organização social, assim como o movimento bandeirantista, são fatores que podem justificar a manutenção dessa denominação nessas regiões. Como registra Barbosa (1985, p. 43), em seu *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*, “camarada, termo ainda em uso em alguns pontos do sertão mineiro, é um dos mais simpáticos e mais significativos *vocábulos*, na história de nossa formação social”.

Nota-se, a partir dos dados do Gráfico 1, que as denominações *diarista*, *boia-fria* e *peão* foram os mais recorrentes em toda a região Sudeste; a forma *camarada*, com menor frequência, foi documentada somente em Minas Gerais e em São Paulo.

Importa pontuar que a forma *trabalha jornal*, de ocorrência única, em São Mateus/ES, e a denominação *trabalhador* registrada somente em Minas Gerais, como já assinalado, por apresentarem baixa frequência, foram computados no item “outros” na legenda do Gráfico 1 e não figura no Quadro 1. Todavia, por serem considerados válidos como resposta para a pergunta em análise, tornou-se relevante a abordagem dessas denominações na discussão diatópica como uma forma de demonstrar a sua distribuição geográfica. Os dados reunidos na sigla NR não foram aqui contemplados em decorrência da extensão deste trabalho. Desse modo, a diatopia das

mencionada em todo território paulista, “sobretudo, em maior índice de frequência em regiões próximas à divisa com o Rio de Janeiro e Minas Gerais” (Santos, 2019, p. 131). A unidade léxica *boia-fria*, por seu turno, embora tenha sido registrada em todos os estados da região Sudeste, teve maior índice de ocorrência em São Paulo. Em síntese, o mapeamento desses itens lexicais revelou que *diarista* e *peão* são formas genéricas de uso frequente no vocabulário dos falantes da região Sudeste do Brasil enquanto *boia-fria* tem maior concentração na norma lexical dos paulistas.

Figura 3 – Mapa denominações para “diarista” com menores índices de frequência no interior de Minas Gerais e do Espírito Santo⁸



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em se tratando das denominações menos frequentes no *corpus* em exame, a Figura 3 demonstra a distribuição areal da forma *camarada*, em Pedra Azul – norte de MG, em Lavras – região do Campo das Vertentes e em Passos e Poços de Caldas, regiões situadas, respectivamente, do sudoeste e sul de Minas Gerais, áreas próximas a Franca, Barretos e Votuporanga em São Paulo, onde, segundo Santos (2019), ocorreu a maior concentração de *camarada*.

Em relação à forma *trabalhador*, foi mais frequente em Januária e em Pirapora, norte de Minas Gerais e em Campina Verde, no Triângulo Mineiro. Em estudo realizado sobre as denominações para “diarista” na região Centro-Oeste do Brasil, com base nos dados do Projeto ALiB, Isquierdo e Carvalho (2012) identificaram a forma *trabalhador* no município de São Domingos, nordeste de Goiás, que faz divisa com a Bahia, estado brasileiro em que houve grande incidência de registro do item léxico *trabalhador*, como atesta o *Vocabulário Dialectal Baiano* (Santana, 2017). Esses dados apontam para a expansão da unidade léxica *trabalhador* para além de Minas Gerais e confirmam o fenômeno do *continuum* no vocabulário dos falantes desses dois estados da Federação do Brasil.

Por fim, a forma lexical *trabalha jornal* com ocorrência única foi citada por uma informante idosa de São Mateus, o segundo município mais antigo do Espírito Santo⁹, o que sinaliza para o seu caráter conservador na norma lexical dos capixabas.

2.2 – Abordagem léxico-semântica

⁸ Os itens léxicos *camarada*, *trabalhador* de baixa frequência e *trabalha jornal* de ocorrência única foram considerados para fins de análise haja vista terem sido validados pelos informantes e constarem nas obras lexicográficas consultadas.

⁹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-mateus/historico>. Acesso em: 23 fev. 2023.

A unidade léxica predominante nas regiões investigadas, *diarista*, não está dicionarizada em Silva (1813) com o traço semântico “trabalhador que recebe por dia de trabalho”, mas o dicionário contém o verbete *diário* na acepção de “quotidiano, de cada dia”. Houaiss (2001), por sua vez, traz para *diarista* a seguinte acepção: “que ou quem não tem salário fixo, ganhando apenas os dias trabalhados (diz-se de ou trabalhador) que ou quem recebe diária por seu trabalho. ETIM *diária+ista*”, enquanto no verbete atualizado, Aulete (2014) registra para *diarista* a acepção “que presta serviço e recebe por dia trabalhando”. E no verbete original o lexicógrafo classifica *diarista* como um brasileirismo com a definição de “trabalhador, que só ganha nos dias em que trabalha. Cf. Diária”.

As acepções dicionarizadas, embora não contenham o sema “trabalhador rural ou urbano”, remetem ao traço semântico “trabalhador que recebe por dia trabalhado”, o que, somando-se ao alto índice de ocorrência da forma *diarista* entre os falantes da região Sudeste, justifica e valida o seu uso para nomear o trabalhador eventual que presta serviço e recebe pelo dia de trabalho. O processo econômico brasileiro, sobretudo o ciclo do café, foi um forte condicionante para a ampliação dessa categoria de trabalhador que, por sua vez, se mantém e ganha maior espaço com a urbanização e os avanços industriais.

A unidade lexical *boia-fria*, a segunda em termos de frequência no *corpus* em exame, em Houaiss (2001) está classificada como brasileirismo na acepção de “trabalhador rural itinerante que se ocupa em tarefas temporárias sem vínculo empregatício. Por ext. empregado que come no local de trabalho a boia (comida) que traz de casa (tal como os boias-frias rurais)”, enquanto Aulete (2014) traz a definição “trabalhador rural que presta serviços temporários na época do plantio ou colheita”. E, por extensão de sentido, nomeia o “trabalhador que leva de casa a refeição que será comida, fria, no trabalho, à maneira dos trabalhadores rurais assim denominados”.

Ao focalizar essa categoria de trabalhador, Mello (1976, p. 31) trata o *boia-fria* como “o diarista do meio rural” que, segundo a autora, concorreu para a substituição da mão de obra do trabalhador estável no campo e favoreceu os interesses dos empregadores, os grandes proprietários de terras. A autora registra a seguinte explicação para o uso da forma *boia-fria*:

[...] a DESIGNAÇÃO “boia-fria”, dada ao volante, decorre das condições mais frequentes em que se realiza o seu trabalho. Contratado para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, o volante não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra, viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmita ou caldeirão com o alimento que lhe servirá de almoço. À falta de instalações para o seu devido aquecimento, a comida é ingerida fria (Mello, 1976, p. 109).

A mesma estudiosa esclarece que a principal característica dessa categoria de trabalhadores não é meramente o fato de serem obrigados a ingerir o alimento frio, mas sim se refere à forma contratual com que são admitidos. “O “boia-fria” é contratado para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador” (Mello, 1976, p. 110).

Nota-se que as acepções apresentadas trazem o traço semântico “do eventual, sem vínculo empregatício”, que se coaduna com o conteúdo da pergunta 61/QSL/ALiB e pode ser observado no comentário da informante idosa de Muriaé/MG/146:

INQ. – Que nome que dão aqui para aquele homem que é contratado para trabalhar na roça do outro e ele ganha por dia, ele não é empregado, não
INF. - 4/146 – secretário, não
INQ. – Lá na minha cidade eles passam com um caminhão, um ônibus, na periferia chamando
INF. - 4/146 – Empregado, né?

INQ. – Ele não é empregado, ele não trabalha por mês, ele trabalha por dia.
 Se chover, ele fica sem serviço
 INF. - 4/146 – Caseiro
 INQ. – Mas o caseiro não é aquele que mora no sítio?
 INF. - 4/146 – É
 INQ. – Porque esse... vai de manhã...leva até a comida dele
 INF. - 4/146 – É boia-fria
 INQ. – Boia-fria, aqui tem?
 INF. - 4/146 – Eu acho que tem, aqui é muito grande
 INQ. – Esse boia-fria você viu na televisão ou você ouve as pessoas falarem?
 INF. 4/146 – Eu vejo as pessoas falarem
 INQ. – É
 INF. - 4/146 – Mais aqui tem muitos que trabalham que leva a comida, que às vezes não dá pra ir em casa que se chama boia-fria também, às vezes eles levam até o álcool pra poder esquentar a comidinha.

Nota-se, pelas respostas da informante, que a denominação *boia-fria* se relaciona ao fenômeno do êxodo rural em que trabalhadores em condições estáveis evadiram desse meio em direção às cidades e, para suprir essa força de trabalho, empregadores passaram a contratar, nas cidades, os “boias-frias” para trabalharem de forma temporária nas plantações e colheitas de lavouras de café, por exemplo, recebendo pelo dia trabalhado. Nesse particular, o elemento humano faz o trajeto inverso, da cidade para o campo para exercer sua atividade laborativa, fato que ratifica a noção de *continuum* que se refletiu também na forma de nomear o “diarista”.

A unidade léxica *peão*, por sua vez, documentada em toda a região Sudeste, em Silva (1813) está definida como pião [peão? Cf.] com o seguinte esclarecimento do lexicógrafo: “melhor ortografia he peão, homem de pé na tropa. it. Plebeu, não cavalheiro”. Com essa acepção, Houaiss (2001) registra: “(S XIII). Pessoa que anda a pé; pedestre. Homem da plebe; plebeu”. No entanto, esse dicionarista, com datação de 1642, registra a seguinte acepção: “B amansador de animais, “B auxiliar de boiadeiro”, “empregado no trabalho rural. Trabalhador de estradas e rodagem, estradas de ferro e outras obras de engenharia civil. B. servente de obra”. O mesmo lexicógrafo atribui à forma lexical *peão* a etimologia “plat. peón, ‘serviçal de estância’, do esp. peón (1074), conexo com o port. ‘peão, do lat. medv. pedo”.

No dicionário de Aulete (2014), *peão* tem a marca “Lus. Aquele que anda a pé; pedestre”. Pelas acepções, nota-se que *peão*, uma unidade lexical transplantada pelos portugueses à época da colonização, em solo brasileiro, pelo processo de ressignificação semântica, adquiriu novas acepções. O mesmo lexicógrafo define *peão* também como “Trabalhador rural. Trabalhador da construção civil e de obras viárias, dentro ou fora das cidades. Qualquer trabalhador braçal ou não-qualificado”, classificando essa unidade léxica com a marca diatópica de regionalismo do RS na acepção de “numa estância, pessoa encarregada dos serviços domésticos; CONCHAVADO”.

Vale registrar que Souza (1939), no *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, já registrava *peão* com as seguintes acepções que remetem a marcas diatópicas dessa unidade lexical: “em português é o indivíduo que anda a pé”. “No Brasil, máxima no Sul e em Goiás, vem a ser justamente o contrário, ou seja, o campeiro ou gaúcho, mansador de cavalos, domador”.

De todo, verifica-se que a forma lexical *peão* é utilizada para nomear tanto o trabalhador que exerce atividades rurais, não somente aquelas relacionadas à lida com o gado, o trato com os cavalos, como também os demais serviços da fazenda como a limpeza do local, a alimentação dos animais (galinha, porco). E, com o processo de urbanização, a função desse trabalhador se estendeu ao meio urbano no trabalho na construção civil, em obras de diferentes natureza e em serviços

gerais. Ao sair do campo em busca de melhores condições de vida, o indivíduo levou consigo seu acervo lexical que se manteve no meio citadino.

Por sua vez, *camarada*, forma documentada em Minas Gerais e em São Paulo, em Houaiss (2001) é definida na acepção de “trabalhador (a) que é empregado temporariamente numa propriedade rural para tarefa doméstica, agrícola, pecuária, de exploração mineral etc.”. No verbete atualizado de Aulete (2014) também recebe a acepção de “trabalhador temporário em propriedade rural”, enquanto no verbete original o dicionarista atribui a *camarada* a marca diatópica de brasileirismo na acepção de “trabalhador avulso nas fazendas”.

Segundo Santos (2019), a forma *camarada* foi documentada em São Paulo, o que sugere que essa distribuição espacial pode sinalizar para a presença de um regionalismo léxico nessas áreas, o que já fora sinalizado por Souza (1939) no *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* que registra *camarada* com a seguinte acepção: “palavra registrada por Beurepaire-Rohan como regionalismo de S. Paulo, Minas, Paraná, Goiaz e Mato Grosso, significando homem assalariado para servir não só de condutor de animais, mas também em trabalhos rurais e domésticos”. Nota-se que a definição registrada numa obra publicada na primeira metade do século XX não contém o sema “recebimento por dia de trabalho”, mas remete ao trabalhador que realiza atividades diversas em área campestres, situação que, por questões históricas, se aplica também ao homem urbano que exerce a atividade em pauta, conforme o *corpus* do Projeto ALiB documentado sobretudo na primeira década do século XXI.

As acepções fornecidas por Houaiss (2001) e por Aulete (2014) contêm traços semânticos como “trabalho eventual realizado em propriedades rurais” que, por conseguinte, caracteriza o “homem que é contratado para trabalhar na roça, recebendo por dia de trabalho”, dado que valida *camarada* como nome para “diarista”.

Outra forma lexical documentada com ocorrência única apenas em Minas Gerais foi *trabalhador* que em Silva (1813) é definida como “adj. Dado ao trabalho, não ocioso”. Está registrada também em Houaiss (2001) na acepção de “que ou aquele que trabalha” e “jornaleiro, operário”. E, ainda, tem-se a acepção “t. autônomo” que corresponde ao trabalhador que “exerce, em caráter não permanente e sem vínculo empregatício, qualquer atividade renumerada”. Do mesmo modo, Aulete (2014), no verbete atualizado, no verbete *trabalhador* registra “trabalhador autônomo” na acepção de “aquele que exerce atividade remunerada sem vínculo empregatício e em caráter não permanente”. E no verbete original traz a acepção “o homem que trabalha no campo, que se ocupa nos trabalhos rudes da lavoura”. Nota-se que as acepções dicionarizadas contêm o traço semântico “homem que trabalha em caráter eventual, não permanente”, e, como não se trata de um trabalhador com vínculo empregatício, recebe apenas pelos dias trabalhados, dado que remete ao sema “que recebe por dia de trabalho” e que justifica a menção dessa forma léxica nomear “diarista”. Embora figure como uma forma lexical de caráter genérico, como foi mencionado somente por informantes mineiros, é possível considerar essa unidade como norma regional de Minas Gerais.

Dentre os itens lexicais com ocorrência única, merece destaque o item lexical *trabalha jornal* mencionado em São Mateus/ES, por uma informante idosa. Silva (1813) registra *jornal* na acepção da “paga de cada dia, que se dá ao jornaleiro”. No dicionário de Nascentes (1955) a forma *jornal* está definida como “o salário que compete *por dia* ao operário”, forma proveniente do latim “*diurnale*, diário; esp. *jornal*, it. *giornale*, fr. *journal*. É provável que venha de uma região onde a ideia de *dia* fosse expressa por vocábulo derivado do lat. *diurnu* (França, Itália)”. Contemporaneamente, a forma *jornal* está registrada em Houaiss (2001) com a acepção de “(s. XIII cf. ficha VPM) remuneração salarial feita por dia de trabalho”. ETM substv. do lat. *diurnalis*, e relativo ao dia, diário. O mesmo dicionário traz também o verbete *jornaleiro*, na seguinte acepção: “diz-se de ou trabalhador a quem se paga ‘jornal’. ETIM *jornal* + *eiro*; ver *dia*”. No verbete atualizado de Aulete (2014) a unidade léxica *jornaleiro* também é definida como “Pagamento por um dia de trabalho; diária, fêria. “Uma nesga de terra, meu rico senhor, uma nesga de terra! E

depois as décimas, os jornais” (Eça de Queirós, O crime do padre Amaro)”. Já no verbete original do mesmo dicionário figura a seguinte acepção: “a paga de cada dia de trabalho”.

Enfim, ainda que essas acepções não contemplem o sema “homem que é contratado para trabalhar na roça”, nelas transparecem os traços semânticos “pagamento, salário por dia de trabalho” e “diurno, diária”, semas esses presentes na definição de “diarista”, validando, desse modo, o uso de *trabalha jornal* como denominação do “homem que é contratado para trabalhar na roça de outro e que recebe por dia de trabalho”. Os dados em exame ratificam que fatores sócio-históricos, dentre outros, as levas de imigrantes que se fixaram no Espírito Santo à época da colonização, particularmente os italianos, podem ter motivado a manutenção do item *jornal* na norma lexical dos falantes capixabas, considerando-se também o teor da definição de Nascentes (1955) que aventa a hipótese de que se trata de “forma proveniente do latim “*diurnale*, diário; esp. *jornal*, it. *giornale*, fr. *journal*. É provável que venha de uma região onde a ideia de *dia* fosse expressa por vocábulo derivado do lat. *diurnu* (França, Itália)”.

O *corpus* consultado reúne outras denominações fornecidas pelos falantes entrevistados, a saber: *empregado, lavrador, roceiro, agregado, empreiteiro, biscate, contratado, companheiro, colono, meeiro, fazer extra, caseiro, fazendeiro, homem da roça, e prestador de serviços* que denominam categorias de trabalhadores distintas do “diarista”, haja vista que a definições a elas atribuídas pelos dicionários consultados não contemplam o sema “homem que é contratado e recebe por dia de trabalho”.

Em síntese, a análise dos dados apontou para a manutenção e preservação de formas léxicas próprias do meio rural que ainda se mantêm no acervo vocabular de falantes citadinos das áreas pesquisadas como, por exemplo, *camarada*, registrado somente em Minas Gerais e em São Paulo, e *trabalha jornal* com documentação única no Espírito Santo. Do mesmo modo, o registro de itens lexicais documentados na região Sudeste no léxico veiculado em outros estados, como o estudo de Santana (2017) sobre o falar baiano, reforçam a tese do *continuum* identificado nas áreas geográficas selecionadas no âmbito deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo deste artigo, teve-se como propósito demonstrar que fatores sócio-históricos, econômicos e culturais que marcaram a história do Brasil, desde o período colonial, contribuíram para a configuração de um vocabulário singular na região Sudeste, área objeto deste estudo.

Nesse cenário destacou-se que, em especial o sistema econômico e social, fundamentado na atividade rural, permitiu ao homem a vivência com o meio campestre e, por extensão, desenvolver um falar próprio desse meio. No entanto, esse cenário começa a se alterar a partir do século XVIII motivado pelo desenvolvimento industrial e urbano ocorrido no Brasil, particularmente na região Sudeste. Considerando que o léxico é o nível da língua que melhor reflete transformações sociais, econômicas e culturais de uma comunidade de falantes, é justificável o fato de formas lexicais oriundas do meio rural integrarem o vocabulário de falantes do meio citadino, fenômeno que ratifica a noção de *continuum* rural *versus* urbano observada no *corpus* analisado.

O emprego de formas lexicais de caráter genérico como *diarista* e *peão*, por exemplo, atesta a manifestação dessa noção na norma lexical de mineiros, capixabas, fluminenses e paulistas, haja vista que os dados revelaram traços de manutenção de formas lexicais que, originalmente, nomeiam referentes próprios do meio rural e que ainda se mantêm no meio citadino, como ocorre com *camarada*, documentado apenas em Minas Gerais e *trabalha jornal* registrado somente no Espírito Santo. Também foi possível atestar o caráter aberto do léxico, como no caso do uso da unidade lexical *trabalhador* que foi documentada em Minas Gerais e que igualmente foi registrado em Goiás segundo o estudo de Isquerdo e Carvalho (2012), e no estado da Bahia, na pesquisa de

Santana (2017). Desta forma, a dispersão desse item lexical, para além das áreas investigadas no âmbito deste estudo, atesta a dinamicidade do léxico que, dada a sua natureza, não se mantém estático, ao contrário, acompanha as pegadas dos falantes e as suas movimentações por diferentes espaços geográficos.

Concluindo, o estudo buscou ratificar as noções de rural e urbano pela perspectiva do *continuum*, em que formas léxicas de uso comum convivem nos dois espaços, resultando numa relação de interação e de continuidade entre esses dois universos. Por fim, a análise do *corpus* aqui examinado evidenciou a importância de estudos dessa natureza para o registro e a descrição da norma lexical, o que justifica a necessidade e o interesse das autoras pela continuidade do estudo a partir de dados do *corpus* do Projeto ALiB documentados nas demais regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AULETE, Caldas. *Dicionário Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. Versão online. Disponível em: https://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 23 fev. 2023.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, n. 5).
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC; INEP; Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- FERNANDES, Sânia Fontoura. *Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da região Sudeste do Brasil*. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, Versão 1.0*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Espírito Santo. *São Mateus*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-mateus/historico>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas/IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=22269&view=detalhes>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; CARVALHO, Paola Mahyra de Oliveira. Léxico e ambiente rural:

um estudo de designações para “trabalhador de enxada em roça alheia” no Centro-Oeste do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres (org.). *Documentos 3: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Vento Leste, 2012. p. 251-261.

MELLO, Maria Conceição D’Incao e. *O “Boia-Fria”*: acumulação e miséria. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, 1955.

SANTANA, Isamar Neiva. *Vocabulário dialetal baiano*. 2017. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Mércia Cristina dos. *Norma lexical no português falado em São Paulo*: reflexões acerca do Rural e Urbano. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1813. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002.

SOROKIN, Pitirim Alexandrovich; ZIMMERMAN, Carle Clark; GALPIN, Charles Josiah. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, [1930] 1981. p. 198-224.

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.